



PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM – GRADUAÇÃO EM DIREITO

DIREITO EMPRESARIAL III

Carga horaria: 60 horas - Estrutura curricular 2021 - 8º Período

EMENTA

Direito Falimentar (Lei 11.101/05): Princípios do Direito Falimentar. Processo falimentar. Sentença de falência. Efeitos da sentença de falência. Sobre as obrigações do devedor. Ineficácia e revogação dos atos praticados antes da falência. Administrador Judicial e Comitê de Credores. Arrecadação e custódia dos bens do falido. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Realização do ativo. Disposições penais da lei de falências. Recuperação Judicial: requisitos. Plano de recuperação. Objeção do credor. Assembleia de credores. Efeitos da recuperação em relação aos credores, devedor e administrador. Plano especial de recuperação para microempresas e empresas de pequeno porte. Recuperação Extrajudicial. Questões e aspectos práticos e processuais do Direito Falimentar e da Recuperação de empresas.

OBJETIVO GERAL

A disciplina leva o aluno a compreender as implicações jurídicas no meio empresarial como forma de garantir às sociedades proteção ao exercício da atividade empresarial, entendido juridicamente como atividade organizada para produção e circulação de bens e serviços, dirimir conflitos entre empresários, garantir a livre iniciativa e prevenir o mercado contra a concorrência desleal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Que o aluno seja capaz de traçar o perfil da legislação nacional, com uma abordagem interdisciplinar, levantando comportamentos práticos em correlações com o tema em estudo e as demais disciplinas do curso. Conhecer a legislação comercial em vigor no País, discernindo sobre sua possível aplicação aos casos sob estudo.



CESV

• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •

Recepção pelo aluno da disciplina do direito falimentar em seu novo perfil a partir da nova Lei de Falências, contextualizando os conhecimentos ministrados associando-os à realidade do direito e às normas que atingem a atividade empresarial em processo de recuperação, prestigiando-se a função social da empresa, os princípios fundamentais da livre iniciativa e da valorização do trabalho. Desenvolver no aluno postura ética, comprometida com a adequada utilização do Direito Empresarial.

CONTEÚDOS

Unidade I- FALÊNCIA. TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR. PROCESSO. SENTENÇA. EFEITOS DA SENTENÇA.

1. Falência. Princípios: *par conditio creditorum*, universalidade e unidade de juízo. Exceções aos princípios da falência. Pressupostos: devedor empresário, impontualidade ou outras causas. Declaração judicial. Juízo da falência. Responsabilidade dos sócios, administradores e controladores na falência.
2. Processo falimentar. Legitimidade ativa e passiva na falência. Falência requerida pelo próprio devedor. Do procedimento para a decretação da falência. Título executivo. Protesto. Defesas. Depósito elisivo.
3. Sentença de falência: conteúdo, natureza, publicidade e recursos. Sentença denegatória. Dos efeitos da sentença de falência. Inabilitação empresarial. Direitos e deveres do falido.
4. Efeitos da sentença de falência sobre as obrigações do devedor – direito dos credores. Universalidade de credores. Suspensão das ações e execuções. Exceções. Suspensão da prescrição. Inexigibilidade dos juros. Compensação.
5. Efeitos da sentença de falência sobre as obrigações do devedor (2ª parte) – contratos do falido. Contratos bilaterais. Contratos unilaterais.

Unidade II- INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRÉ-FALIMENTARES. ADMINISTRADOR JUDICIAL. COMITÊ DE CREDORES. ARRECADAÇÃO E CUSTÓDIA DOS BENS.

1. Ineficácia e revogação de atos praticados antes da falência. Atos ineficazes. Atos revogáveis. Ação revocatória. Legitimidade. Prazo. Recurso.
2. Administrador judicial e comitê de credores. Critério para a escolha do administrador judicial. Impedimentos. Atribuições. Remuneração. Destituição. Responsabilidade. Constituição do comitê de credores. Atribuições. Assembléia de credores. Atribuições. Composição. Convocação. Procedimento. Voto. Quorum.
3. Arrecadação e custódia dos bens do falido. Lacre do estabelecimento. Inventário de arrecadação. Aquisição ou adjudicação de bens pelos credores. Venda

2



CESV

• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •

antecipada de bens. Pedido de restituição. Restituição em dinheiro. Efeitos do pedido. Embargos de terceiros.

Unidade III- HABILITAÇÃO, VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITOS. REALIZAÇÃO DO ATIVO. DISPOSIÇÕES PENAIS DA LEI DE FALÊNCIAS.

1. Habilitação, verificação e classificação de créditos. Créditos inexigíveis na falência. Habilitação retardatária. Impugnação de crédito. Ação revisional de crédito. Quadro de credores. Credores preferenciais, privilegiados, quirografários e subordinados. Créditos extraconcursais.
2. Realização do ativo. Formas de alienação. Modalidades de alienação. Pagamento aos credores. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido.
3. Disposições penais da lei de falências. Crimes falimentares em espécie.

Unidade IV- RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. Recuperação judicial. Objetivo. Legitimidade. Requisitos. Credores atingidos e excluídos da recuperação. Meios de recuperação. Processamento do pedido. Assembléia de credores. Desistência do pedido. Plano de recuperação. Conteúdo e prazo
2. Recuperação judicial. Objeção do credor. Deliberação da assembléia de credores. Aprovação e rejeição. Certidões negativas. Habilitação e verificação de créditos. Atribuições do administrador judicial e do comitê de credores na recuperação.
3. Recuperação judicial. Efeitos da recuperação em relação aos credores, devedor e administradores. Cumprimento do plano e encerramento da recuperação. Descumprimento do plano e convocação da recuperação em falência
4. Recuperação judicial. Plano especial de recuperação para microempresas e empresas de pequeno porte. Recuperação extrajudicial. Credores atingidos. Concordância dos credores e desistência do devedor. Requerimento de homologação. Edital. Impugnações. Homologação. Recursos. Indeferimento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aula expositiva e dialogada.
Estudos de casos e exercícios.
Estudos de texto e artigos selecionados.
Dinâmicas e trabalhos em grupo.
Pesquisas descritivas e teóricas.

3



CESV

• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •

ATIVIDADES DISCENTES

Leitura e análise crítica de textos indicados pelo professor

Atividades escritas

Pesquisas

Análise e solução de casos simulados e possíveis casos reais (jurisprudências)

Realização das avaliações

Cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega de atividades acadêmicas

RECURSOS DIDÁTICOS

Utilização do quadro.

Utilização de livros, apostilas, textos avulsos, imagens

Data show

Peças jurídicas

Reportagens das mídias em geral

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio de provas escritas e trabalhos, denominadas **AV1**, **AV2** e **AV3**, sendo considerada a média das duas melhores notas e descartada do computo a menor nota entre as 3 (três) avaliações.

Observada a média 6,0 (seis) pontos para aprovação.

As avaliações denominadas Av1, Av2 e Av3 terão pontuação 10 (dez), distribuídas da seguinte forma:

AV1: prova avaliativa valendo 10 (dez) pontos.

AV2: prova avaliativa valendo 10 (dez) pontos.

AV3: prova avaliativa valendo 10 (dez) pontos.

Abrangência da avaliação: **Av1** – Matéria primeiro bimestre, **Av2** – matéria segundo bimestre e **Av3** – matéria do primeiro e segundo semestre

Considerar-se-á reprovado na disciplina o aluno que obtiver a média final inferior a **6 (seis)** pontos.



CESV

• CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA •

Ainda, considerar-se-á reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas ministradas para a disciplina, ressalvado o disposto no § 1º do art. 92 do Regimento Interno da IES.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. MANUAL DE DIREITO COMERCIAL. 25ª ed.. S.Paulo. Saraiva, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Vol. 3. 14ª. Edição, S.Paulo: Saraiva, 2013.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa, vol.1 – 5ª ed.– S. Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FÁZZIO JÚNIOR, Waldo. Nova Lei de falência e recuperação de empresas - 2ª Ed. – São Paulo : Atlas, 2007.

MARTINS, Fran, TÍTULOS DE CRÉDITO. Vols. 1 e 2 - Editora Forense.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. -31ª Ed.- Rio de Janeiro: Forense, 2007.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. Vol. 2, 25. edição, São Paulo, Saraiva, 2007.